



VOL.7 | N. 14 | JUL/DEZ DE 2021 | ISSN 2359-4489

DIPLOMACIA PATRIMONIAL:
O PATRIMÔNIO CULTURAL
COMO MEDIADOR DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: uma estratégia ambivalente

The concept of heritage in the discourses of Getúlio Vargas: an ambivalent strategy

El concepto de patrimonio en los discursos de Getúlio Vargas: una estrategia ambivalente

Filipe Queiroz de Campos¹

Resumo: Nos anos de 1930 e de 1940, a diplomacia patrimonial tornou-se parte dos projetos nacionalistas de diversas nações. Na América Latina e, mais especificamente no Brasil, esse processo não foi diferente. No caso do Brasil, porém, é possível enxergar, desde o início dos anos de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, um projeto político de incentivo ao patrimônio histórico. Esse incentivo esteve conectado às próprias estratégias políticas de Vargas, principalmente durante o governo do Estado Novo. É a respeito de quais foram essas estratégias que esse artigo se dedica. O estudo se esforça para compreender um pouco mais sobre essas estratégias, por meio da análise de discursos públicos de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: diplomacia, Getúlio Vargas, patrimônio histórico.

Abstract: In the 1930s and 1940s, patrimonial diplomacy became part of the nationalist projects of several nations. In Latin America, and more specifically in Brazil, this process was no different. In the case of Brazil, however, it is possible to see, since the beginning of the 1930s, with the arrival of Getúlio Vargas to power, a political project to encourage historical heritage. This incentive was connected to Vargas' own political strategies, especially during the Estado Novo government. This article is dedicated to what these strategies were. The study strives to understand a little more about these strategies, through the analysis of public discourses by Getúlio Vargas.

Keywords: diplomacy, Getúlio Vargas, historical heritage.

Resumen: En las décadas de 1930 y 1940, la diplomacia patrimonial pasó a formar parte de los proyectos nacionalistas de varias naciones. En América Latina, y más específicamente en Brasil, este proceso no fue diferente. En el caso de Brasil, sin embargo, es posible ver, desde principios de la década de 1930, con la llegada al poder de Getúlio Vargas, un proyecto político para incentivar el patrimonio histórico. Este incentivo estaba relacionado con las propias estrategias políticas de Vargas, especialmente durante el gobierno del Estado Novo. Es a lo que fueron estas estrategias a lo que está dedicado este artículo. El estudio se esfuerza por comprender un poco más sobre estas estrategias, a través del análisis de los discursos públicos de Getúlio Vargas.

Palabras clave: diplomacia, Getúlio Vargas, patrimônio histórico.

¹ Doutorando em História Política pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: filipeqc@hotmail.com

O conceito de patrimônio histórico como entendemos hoje tem origem no próprio surgimento da Idade Contemporânea, ou seja, com o surgimento de uma ordem capitalista, nacionalista e alicerçada no Estado Nação, a partir dos últimos anos do século XVIII.

Como salienta Fraçoise Choey² é com a própria destruição do Antigo Regime na Revolução Francesa, que temos o aparecimento da necessidade de seleção de determinados trechos do passado a se preservar no futuro. Além disso, ressignifica-se esse passado no intuito de que ele sirva aos anseios do presente, bem como para que se construa um futuro que se queira como projeto político de nação.

Em torno de todo esse processo de transformação, vemos que a seleção do passado obedece a um projeto político de nação. Como ensina-nos Ângela de Castro Gomes³, em momentos de construção de grandes projetos políticos, a atenção dos governantes do Estado volta-se para o passado, reescrevendo os fatos. O patrimônio histórico é uma maneira de se reescrever o passado e, portanto, uma ferramenta política muito preciosa.

Ao longo do século XIX e XX, o passado histórico passou a ser cuidadosamente selecionado pelos mais diversos governos com o intuito de se construir as identidades nacionais. A identidade nacional, a partir dessa nova ordem burguesa, passa a ser um dos principais recursos da diplomacia das nações e dos nacionalismos. A defesa de uma identidade nacional tem uma utilidade ambivalente: serve para construir consensos na política interna, mas, também para se defender projetos de política externa em nome dessa identidade nacional e de seus valores.

Pierre Milza⁴, por exemplo, defende que a relação entre a política externa e interna é dialética e inseparável. A política interna constrói a política externa e vice-versa. Para compreendermos a diplomacia patrimonial e sua importância para as relações internacionais precisamos, portanto, compreender que ela é fruto da interação entre a política externa e interna, bem como precisamos lembrar que ela parte de um projeto político nacionalista no contexto de construção do Estado Nação.

Uma vez que tenhamos em mente essas considerações sobre a diplomacia patrimonial, podemos pensar sobre o início dessa face da diplomacia, no caso brasileiro. No Brasil, as primeiras iniciativas governamentais a respeito de políticas patrimoniais deram-se durante o

² CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006; FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 113.

³ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁴ MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RENÉ, Remond. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Estado Novo, que durou entre 1937 e 1945. Ainda assim, veremos que antes mesmo da instalação desse novo governo, já havia a preocupação, não apenas no Brasil, mas, também em toda a América Latina, sobre a materialização do projeto político de construção da identidade nacional, por meio de patrimônio histórico. Esse projeto disse respeito tanto aos anseios da política interna, quanto da política externa.

Neste artigo, iremos, contudo, debruçarmo-nos não a respeito de toda a diplomacia patrimonial do governo Vargas, mas, sim a respeito de uma questão específica dessa referida realidade histórica: os usos do conceito de patrimônio e seus significados no projeto político varguista de nacionalismo.

Primeiramente, analisaremos, brevemente, os esforços de Vargas no sentido da construção de uma política patrimonial para o Brasil, do Governo Provisório ao Estado Novo, salientando quais as políticas públicas tomadas, bem como as diretrizes políticas por trás desses projetos. Posteriormente, analisaremos os discursos de Vargas, proferidos entre 1930 e 1945, reproduzidos pela editora José Olympio em uma coleção de dez volumes. Por fim, iremos refletir sobre a relação entre os sentidos de patrimônio histórico adotados por Vargas e a diplomacia patrimonial de sua época.

Diplomacia Patrimonial e Nacionalismo

a) O Entre Guerras: o patrimônio como ferramenta do nacionalismo

De acordo com Marcos Olender⁵, a partir da Primeira Guerra Mundial, estava claro que a discussão sobre as identidades nacionais precisava se internacionalizar, uma vez que estava provado que era possível se fazer guerras mundiais, também era preciso pensar em se fazer uma paz mundial. Assim, seja na guerra ou seja na paz, a unidade nacional tornou-se a principal ferramenta de representação diplomática.

Após a Primeira Guerra Mundial, há a criação da Liga das Nações, um inédito esforço de se discutir a diplomacia da paz e a integração entre as nações. Dentro da Liga, houve projetos de cooperação intelectual e debates sobre o patrimônio histórico. Antes mesmo da criação da Sociedade das Nações, porém, já havia esforços significativos de debate sobre o assunto.

⁵ OLENDER, Marcos. “Um courant sympathique”: primórdios da internacionalização da preservação do patrimônio cultural na segunda metade do século XIX. In: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (Org.). *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: Editora Universitária Leopoldinum, 2017.

Olender demonstra essa facunda movimentação com os exemplos da criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual em 1922 e do *International Museums Office*, que organizou a Conferência Internacional de Atenas em 1931. Esse primeiro esforço internacional acabou por definir o que seria um patrimônio histórico. A definição do que é um patrimônio histórico passa a ser importante, para todas as nações que quisessem se inserir no que havia de mais moderno nos debates internacionais da época. Entrou para a lista do que seria um patrimônio histórico: antiguidades, monumentos, arquivos e bibliotecas.

É importante compreender que esses esforços internacionais para a preservação do patrimônio iam muito além de um desejo ingênuo de se preservar o passado. Fazia parte de uma verdadeira competição sobre qual nação faria destacar mais a sua identidade frente a outras. Estabelecer uma política patrimonial era um ato de política interna e externa de uma só vez, pois seria como um país se apresenta para si e para o mundo. Sendo assim, de nada adiantaria preservar a identidade do passado se não houvesse campanhas que divulgassem esse contorno identitário.

Um exemplo interessante dessa disputa: em 1926, dentro da Comissão Internacional de Cooperação, foi fundado o *Office International des Musées*. Esse escritório destacou-se por promover a Primeira Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos de Arte e de História, a Conferência de Atenas, em 1931. A França foi o país que mais buscou financiar o Escritório, e teve suas relações desgastadas com as reclamações dos alemães sobre a excessiva representação da arte e cultura francesa em detrimento de outras. Além disso, Benito Mussolini, fez questão de hospedar, na Itália, a conferência de 1929, quando ela sofria de problemas de financiamento devido à crise econômica.

A partir desses eventos e investimentos europeus, o conceito de “patrimônio da humanidade” foi inserido nos debates das nações sobre seus respectivos nacionalismos. Era de se esperar que essa realidade passasse a fazer parte não apenas dos debates sobre cultura e história na América Latina, mas, principalmente na geopolítica da região. É dessa maneira que nos cabe, agora, investigar sobre como o Brasil reagiu a essas discussões, mesmo que de maneira breve, devido às limitações que própria natureza de um artigo impõe.

b) “*Cultura Histórica*” no Estado Novo

Para Márcia Chuva⁶, o conceito de patrimônio já remete diretamente a um *locus* constituído pelas lutas de representação, ou seja, é um “lugar” nada pacífico, em termos de construção, mas, sim, eivado de disputas entre diferentes projetos e maneiras de se enxergar a realidade, mas, sobretudo, de se selecionar o passado. Sendo assim, o conceito de patrimônio está, para a autora, menos relacionado à função comemorativa, pedagógica e mercadológica, e muito mais conectado com a competição entre projetos e projeções políticas a respeito do que seria um objeto “patrimonializável”.

É dessa maneira que o convite que Márcia Chuva faz é aquele que também fazemos aqui: a desnaturalização da noção de patrimônio como aquele que representa a história da nacionalidade e do nacionalismo brasileiro, indo em direção à compreensão da socio gênese do patrimônio no Brasil como o resultado de escolhas deliberadas sobre o que seria e o que não seria o passado do Brasil, de acordo com projetos políticos de grupos específicos.

A gênese das práticas patrimoniais está diretamente ligada à construção de um poder simbólico que representa o poder de divulgar uma versão da realidade nacional almejada pelo Estado. Como explica Chuva: “Consagrados os vestígios da nação e legitimadas as formas adequadas de sua proteção, torna-se inquestionável o papel do Estado numa ordem cultural”⁷ É sobre o papel do Estado nessa construção que iremos nos debruçar nesse artigo. Para isso, retomamos, brevemente, a abordagem de Ângela de Castro Gomes⁸ sobre o conceito de “cultura histórica”.

A autora explica que “cultura histórica”, conceito tomado por Le Goff de Bernard Gunée, é usado para caracterizar a relação que uma sociedade mantém com o seu passado histórico. Para Ângela, a maneira com a qual o Estado Novo buscou se relacionar com o passado histórico foi guiada pelo projeto político varguista de nacionalismo. A utilização do passado nacional, por meio de recortes do que era e não era importante é, assim, uma manifestação da maneira que o Estado lidava com o passado. A autora demonstrou, por exemplo, que as produções da revista *Cultura Política* eram de textos que buscavam “reconectar” o Brasil à sua História, por meio de recortes intencionalmente selecionados desse passado.

⁶ CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009

⁷ CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009. p. 380.

⁸ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.43-63.

Nos próprios discursos do presidente, ficava patente a intenção de “recuperar” o “verdadeiro” passado nacional, para se aproximar do povo e, também, para educá-lo sobre o que seria esse passado. As abordagens de Chuva e de Gomes, dessa maneira, se complementam em um exercício de nos instigar a refletir sobre as práticas patrimoniais como o processo de seleção do passado que incita a uma nova “cultura histórica”, aquela que obedece às diretrizes de projetos políticos do Estado.

É verdade que José Ricardo Oriá Fernandes⁹ demonstrou que gênese da construção da “memória do país” não se deu com o Estado Novo, tendo, na verdade, consideráveis esforços de construção de verdadeira “cultura histórica” já com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional, ambas de 1838. Não obstante, nosso objetivo com esse artigo é estudar o patrimônio, como um *locus* de disputa e de expressão do poder, nos projetos políticos de Getúlio Vargas para o Estado Novo. Conquanto esse seja um dos objetivos de nossa análise, também demonstraremos como o projeto patrimonial do Estado Novo esteve ligado com as diretrizes da política externa brasileira.

c) O projeto de patrimônio histórico nos governos Vargas

Ainda antes da Revolução de 1930, a preocupação sobre como o Brasil se mostrava ao mundo intensificou-se, após a Primeira Guerra Mundial, mais especificamente, por meio do ideal de modernidade. Ser moderno significava buscar o que o Brasil tinha como um país único e diferente, notadamente diferente de uma Europa falida pela Guerra.

Na política, por exemplo, uma das mais importantes preocupações do presidente Epitácio Pessoa e, principalmente, de seu sucessor, o mineiro Arthur Bernardes era a de fazer com que o Brasil se tornasse um membro permanente do Conselho da Liga das Nações, órgão interno à organização que seria responsável por decidir as principais questões internacionais sobre guerra e paz. O Brasil de Bernardes fez de tudo para conseguir uma vaga nesse órgão e, até mesmo, vetou a entrada da Alemanha, que tomaria seu lugar, causando considerado desgaste internacional, como lembra-nos Eugênio Vargas Garcia¹⁰.

O presidente Bernardes buscou conquistar um lugar permanente na Liga das Nações com intenções de “deixar sua marca ao mundo” e quando não conseguiu, resolveu sair da Liga em protesto à diplomacia europeia, para demonstrar que o Brasil era um país forte e decidido.

⁹ FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: *Políticas Culturais: Teorias e práticas*.

¹⁰ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Campos¹¹ demonstra que, em novas pesquisas no Arquivo Público Mineiro, as motivações do presidente Bernardes estavam fundadas na ideia de uma renovada identidade internacional para o Brasil: um país que não “abaixaria a cabeça” para a Europa, por mostrar que a paz funciona na América Latina, por mostrar que tinha muito a oferecer ao mundo e tinha, também, seu próprio nacionalismo e importância na geopolítica do pós-guerra, sendo assim, deveria ser um país respeitado.

Já culturalmente, a discussão sobre a modernidade também se vinculou diretamente ao nacionalismo. Como demonstra Lorenzo¹² Uma das dimensões mais marcantes do modernismo de 1920 foi o Movimento Pau-Brasil, de Oswald Andrade¹³ e Tarsila do Amaral. Essa manifestação artística que declarava que ser moderno seria incorporar tudo fosse verdadeiramente brasileiro, buscando ultrapassar as ideias estrangeiras, não as ignorando, mas “deglutindo” o que a cultura europeia trouxe de positivo, buscando definir as características do Brasil que o legitimamente tornava único. Para essa versão de modernismo, o Brasil deveria abraçar suas características, para então se “universalizar”, se internacionalizar.

Houve, contudo, várias versões para o que significava ser moderno. O Movimento Verde-Amarelo, por exemplo, surgiu em 1926, pela conferência *A Anta e o Curupira* de Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, como resposta ao Manifesto do *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade. Segundo os verde-amarelos, o modernismo do manifesto Pau-Brasil era “nacionalismo afrancesado”. Esse modernismo do verde-amarelismo foi mais radical, apelando para o sentimentalismo e para a fuga à racionalidade. Essas características, inclusive, de acordo com Leandro Pereira Gonçalves¹⁴, levaram Plínio Salgado a desenvolver o movimento brasileiro conservador de inspiração fascista chamado integralismo.

A partir da Revolução de 1930, o debate sobre modernidade e nacionalismo passou a ser instrumentalizado pelo governo. A própria diplomacia brasileira passou a se preocupar sobre qual versão do que significava ser brasileiro seria passada ao mundo. As políticas que instituíram o patrimônio histórico no Brasil vieram justamente para responder essa pergunta.

¹¹ CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Diplomacias Secretas: o Brasil na Liga das Nações*. Curitiba: Editora Appris, 2020.

¹² LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 101.

¹³ ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas*. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1972. p. 5.

¹⁴ GONÇALVES, Leandro Pereira. A intelectualidade integralista: nacionalismo e identidade na literatura de Plínio Salgado. *Locus: Revista de História*, v. 15, n. 1, p. 111-128, 2009.

A preocupação com a preservação patrimonial ainda no governo constitucional de Vargas se expressava não apenas por necessidades internas. Entendia-se que havia uma pressão internacional pela preservação patrimonial e o Brasil perderia prestígio caso não correspondesse a essa preocupação. Em uma matéria de *O Jornal*, em 1936, autor do anteprojeto do serviço federal de defesa do patrimônio nacional, Mário de Andrade, escreveu:

se faltarem, acaso, por mais tempo, as medidas enérgicas requeridas para a preservação desses valores, não serão apenas as gerações futuras de brasileiros que nos chamarão contas pelo dano que lhes teremos causado, mas é desde logo a opinião do mundo civilizado que condenará nossa desídia criminosa¹⁵

Ainda no Governo Provisório de Vargas, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde, que seria responsável pelas políticas associadas à cultura. Em 1933, esse ministério foi responsável pela elevação da cidade de Ouro Preto a monumento nacional, já exercitando as práticas de proteção patrimonial, algo tão inédito no Brasil, ainda antes da criação de um órgão que gestasse esse patrimônio mais propriamente.

No Relatório Ministerial de 1932, entregue a Vargas por Gustavo Capanema, encontramos:

Pelo decreto 21.240, de 4 de abril de 1932, foram concedidos grandes favores à indústria e ao comércio cinematográficos ao mesmo tempo que foi nacionalizado o Serviço de Censura dos Filmes que deixou de ser meramente “policial” para tornar-se francamente “cultural”. Para financiar esse projeto, criou o Governo Provisório a Taxa Cinematográfica para a Educação Popular, rigorosamente destinada a financiar os serviços de instrução popular. Tudo foi naturalmente centralizado no Ministério da Educação¹⁶

O serviço de censura, de acordo com esse documento, passou a funcionar dentro do Museu Nacional. É dessa maneira que percebemos a cultura como um instrumento político já no Governo Provisório. Nesse relatório também se descreve a integração do Museu Naval ao Museu Histórico Nacional em 1932, bem como uma política de compra de relíquias e de livros “para se poupar a destruição dos monumentos do passado já sacrificados pela ignorância de uns [...] e que representam uma inestimável riqueza tradicional”¹⁷. O projeto de centralização e formatação da cultural nacional já estava claro.

O relatório apontava que cursos foram ministrados e, no primeiro curso, já tinha contado com doze alunos. Além do Museu, o relatório estudou as condições da Biblioteca Nacional, que

¹⁵ *O Jornal, RJ*, de 30.10.1936.

¹⁶ BRASIL, Relatório do Ministério da Educação e Saúde Pública. Ministerial Reports, 1932.

¹⁷ *Idem*, p. 87.

passou a oferecer um curso de biblioteconomia desde 1931. O relatório defendeu que um observatório seria fundamental para o progresso cultural brasileiro como “para o renome do Brasil, ocupando uma situação de justo relevo entre as organizações congêneres dos países mais adiantados”.¹⁸

A preocupação com a cultura, nos governos Vargas, esteve, portanto, desde o início, na configuração de um projeto político de política tanto interna, quanto externa. O Brasil não estava, todavia, sozinho nesse esforço. Vemos que a preocupação com esforços patrimoniais como um projeto político de nação já acontecia em outros países. Uríbarren¹⁹, por exemplo, explica que o Estado argentino, em 1938, estava arregimentando um projeto de proteção ao patrimônio histórico nacional, a Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos, bem como envidando esforços de propaganda sobre a cultura argentina nos EUA.

A preocupação com o patrimônio, com a cultura e com a memória nacional como instrumentos de um projeto político nacionalista não era uma exclusividade do Brasil, mas parte de uma movimentação internacional. A movimentação brasileira, em específico, foi relativamente rápida. Ela ganha peso, nomes e leis com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN. A partir do Estado Novo, entre 1937 e 1945, o projeto político de formatação do passado brasileiro ganhou força com a aplicação do conceito de patrimônio histórico como um empreendimento do governo.

Dentro do SPHAN, organizou-se um grupo de intelectuais que Helena Bomeny chamou de “constelação Capanema”.²⁰ A chamada “constelação Capanema”, um conjunto de intelectuais vinculados ao SPHAN e à Educação, funcionou como um esforço de cooptação de elites intelectuais: permitia-se que eles falassem e agissem, sendo remunerados para isso, mas ao abrigo de uma imposição ideológica.

Além de Gustavo Capanema, podemos citar Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos e Lucio Costa, como exemplos. Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu o cargo de diretor do instituto. A ideia não era permitir que o patrimônio histórico representasse a diversidade cultural do país, muito menos a diversidade de projetos sobre quais as características do Brasil. Desde o início, o projeto esteve alicerçado na

¹⁸ Idem, p. 88.

¹⁹ URIBARREN, María Sabina. La comisión nacional de museos y de monumentos y lugares históricos de la argentina entre 1938 y 1946: el patrimonio cultural y la construcción de una idea de nación. *Cuadernos de Historia: Serie Economía. y Sociedad*, n. 11, 2009, p. 213-244.

²⁰ BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ideia de se selecionar determinado passado e determinadas características para se mostrar aos brasileiros e ao mundo a respeito do que era o Brasil.

Como ensina-nos Henri Pierre Jeudy²¹, o patrimônio histórico desempenha uma série de funções políticas como uma “válvula de segurança”, porque permite que a identidade cultural compense as debilidades da identidade social. O patrimônio não é apenas uma forma de escapar das debilidades da sociedade, mas também de “esconder” a heterogeneidade de pensamentos e perspectivas atrás de grandes monumentos.

Sendo assim, para a política doméstica, o SPHAN cooptava intelectuais e apresentava uma visão homogênea da história nacional, uma versão pacífica e sem conflitos. O projeto servia perfeitamente aos anseios de uma ditadura que precisava convencer seu povo de sua necessidade. O patrimônio histórico exerceu o papel de “esconder” a heterogeneidade da cultura brasileira, para produzir uma identidade nacional. Falemos da relação entre o SPHAN e a política interna.

O projeto intelectual que prevaleceu no SPHAN foi aquele ligado às concepções de cultura brasileira de Mário de Andrade, para quem as culturas regionais eram apenas parte de um todo que, ao ser compreendido, iria inserir o Brasil na modernidade e mostrar a verdadeira identidade do Brasil ao mundo, como explica Glaci Silva²². Mesmo as concepções de Andrade foram tolhidas, como demonstra a citada autora. Mário de Andrade apresentou um projeto que intencionava a valorização do folclore e cultura popular, mas essas características não foram incorporadas aos critérios de tombamento da instituição.

Como demonstra Glaci Silva, “o critério de inventário e tombamento era determinado por uma escolha prévia vinculada aos interesses políticos do órgão em relação à construção da identidade nacional”²³.

Sendo assim, quais os “trechos do passado” foram selecionados nesse projeto nacionalista do Estado Novo? Para atender a esse projeto de identidade nacional, o SPHAN adotou a arquitetura colonial e, mais especificamente o estilo barroco vinculado à arquitetura do estado de Minas Gerais.

Silva informa que a arquitetura colonial de Minas passou a ser uma metáfora da cultura nacional. Um recorte da cultura arquitetônica mineira foi escolhido e os dados são muito claros,

²¹ JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.

²² Silva, Glaci Teresinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2010. p. 65.

²³ Idem, p. 72.

na comprovação dessa escolha: cerca de 70% de todos os tombamentos feitos pelo SPHAN foram em Minas Gerais²⁴.

Os próprios intelectuais que compuseram o SPHAN eram, em sua maioria, de Minas Gerais, bem como grande parte das obras do barroco estavam em Minas. Houve a seleção de uma determinada parcela da arte brasileira para representar toda a arte brasileira. O recorte de uma pequena parte passaria a representar o todo.

Além do barroco, a arquitetura modernista seria a próxima a receber atenção do órgão. Esse foi o fio condutor dos projetos do SPHAN; um fio que cronologicamente conduzia o Brasil de país inserido na cultura europeia e passava a se diferenciar com a modernidade. Uma arquitetura que “evoluiu” de maneira progressiva e sem conflitos.

Todo esse projeto de seleção criteriosa do passado servia tanto à política interna, afinal, o Brasil viva uma ditadura, quanto aos interesses da política externa, ou seja, demonstrar que a História do Brasil era um linear esforço pacífico de construção de uma nação harmônica com características próprias. A preocupação com a maneira com a qual o mundo via o Brasil ficou posta na revista que foi lançada junto com o SPHAN, no discurso de Rodrigo de Melo Franco, diretor do instituto. Ele apontava:

Ainda recentemente um escritor inglês pretendia que no Brasil havia uma absoluta falta de informação e no one seems to seem to have the slightest interest in these things [...] a most irritating state of ignorance exist on the part of the Brazilians [...] há necessidade de uma ação sistemática com o objetivo de apurar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história do nosso país. A criação da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional visa contribuir para esse efeito.²⁵

Diante de todo esse quadro a respeito do projeto político nacionalista de construção de uma perspectiva de patrimônio histórico para o Brasil, surgem vários questionamentos. Para o modelo cultural e arquitetônico do SPHAN, por que Minas Gerais? Glaci Silva aponta que a maior parte dos funcionários do SPHAN eram mineiros, o que acabou direcionando a perspectiva do órgão. Isso leva-nos a pensar sobre como o próprio Vargas enxergava essa realidade como uma ferramenta política. O que atraía Vargas para a identidade cultural mineira em seu projeto nacionalista? Além disso, podemos perguntar sobre as próprias concepções do que seria um patrimônio para Vargas. O que o presidente entendia como patrimônio? Ele já

²⁴ Idem, p. 75.

²⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo franco de. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

compreendia as diferenças entre patrimônio histórico, cultural material ou imaterial? Ele enxergava esse patrimônio à luz das relações internacionais?

São perguntas como essas que buscaremos refletir a respeito no tópico a seguir. Sem pretensões de esgotar as possibilidades de respostas, apenas investigaremos os discursos do presidente no afã de compreendermos um pouco mais sobre as suas concepções pessoais para o projeto nacional e internacional de patrimônio histórico.

d) O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: um instrumento de política interna e externa

Nos discursos entre 1930 e 1934, Vargas vale-se do conceito de patrimônio no sentido financeiro e no sentido da acumulação de riqueza e recursos. Referia-se ao patrimônio da União, aos recursos do Brasil, mas referia-se, também, a um conceito da época, ainda pouco explorado pela historiografia, o conceito de “patrimônio moral”.

Veremos que, para o presidente, o patrimônio moral seria todo o conjunto de crenças, valores e princípios que fariam do Brasil ser de fato o Brasil. Vemos que o presidente articulou esse conceito justamente devido ao cenário internacional, referindo-se aos perigos da Segunda Guerra Mundial. O patrimônio moral que o Brasil precisava defender estava, para o presidente, ligado aos conceitos de pacifismo, cordialidade autonomia. O conceito aparece como uma ferramenta argumentativa que ajudava a comprovar historicamente que o Brasil era um país, pacífico e pouco afeito a ideologias que ele chamava de “exóticas”. Assim, o Brasil, com seu próprio projeto nacionalista, não se apegava nem ao comunismo, nem ao nazifascismo.

Para analisarmos os discursos do presidente partimos dos estudos de John Langdon Austin²⁶, em *How do things with Words*. Austin considera que as ideias políticas expressas em um discurso não são apenas frutos de seu contexto; não são apenas uma reação, mas também uma forma de agir. O discurso é também um ato, um ato de fala, com capacidade de agir e construir a própria realidade. Austin estuda, então, as três dimensões do discurso: a locucionária – o conteúdo do discurso, aquilo que se fala; a ilocucionária, que considera o que o ator está fazendo no momento do discurso; e a perlocucionária, que considera os efeitos do discurso proferido sobre os receptores. É nesse sentido metodológico que buscaremos, brevemente e ainda que de maneira limitada, estudar os discursos de Vargas dispostos nos dez volumes de A

²⁶ AUSTIN, John Langdon. *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

Nova Política do Brasil, organizados pela editora José Olympio, ainda em tempos do Estado Novo.

Inicialmente, em seus primeiros discursos, Vargas refere-se a patrimônio como aquilo que o Brasil naturalmente possui, portanto algo que não foi editado, construído por políticos e, sim, naturalmente dado pela própria natureza do país e de sua sociedade. Essa concepção fica clara quando o presidente refere-se à criação de um Instituto Patrimonial do Brasil, que substituiria a Diretoria Patrimonial, que deveria dar ao governo o conhecimento sobre a riqueza patrimonial do Brasil, ou seja, registro de imóveis e recursos²⁷. Patrimônio seria, assim, algo físico, material.

Nos discursos do presidente, o conceito de patrimônio também aparece, contudo, como um conjunto de valores e princípios que sempre estiveram lá e que, apenas com a Revolução de 1930, Vargas estaria resgatando e defendendo. Percebemos uma estratégia de oratória e argumentativa em, como lembra Austin, um ato de fala, portanto a criação de uma nova realidade: se existe o patrimônio físico da nação, a riqueza, os imóveis e seus recursos, existe também o patrimônio abstrato. Sobre esse, os governos anteriores falharam em proteger.

Na primeira parte da obra da editora José Olympio, Vargas, ao falar dos feitos da Revolução de 1930, disse:

Pessoalmente, como Chefe de Governo, não me animam, na luta que nos foi imposta, paixões ou propósitos vingativos. À frente do Governo Provisório, instituído pela Revolução de 1930, não defendo posições, mas o patrimônio ideológico do irresistível momento contra o qual se levanta o reacionarismo em armas.²⁸

O trecho é do “manifesto ao povo paulista, publicado em 20 de novembro de 1932. O conceito de patrimônio é usado pelo presidente como tudo que é natural e dado. Ele transfere o sentido do patrimônio físico e real, para o sentido de um patrimônio ideológico ou patrimônio moral, que, portanto, em sua estratégia argumentativa, seria tão físico e real quanto aquele dos imóveis e dos recursos.

O que Vargas estava fazendo, dessa maneira, seria ser apenas um protetor da verdadeira ideologia do Brasil. Vargas se coloca como um político fora da política. O conceito de patrimônio permitiu-lhe fazer esse jogo de palavras, pois ele não estaria defendendo algo conjuntural, mas, sim, o verdadeiro patrimônio ideológico e moral do Brasil. O conceito

²⁷ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Volume 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 213.

²⁸ Idem, p. 302.

permitiu-lhe aparecer como fora do sistema político e, por isso, ser justamente quem mais merecia estar nele.

Quando Vargas desejava demonstrar desinteresse político, mesmo tendo expressivo interesse, justamente político, valia-se do conceito de patrimônio. Foi o caso também do discurso, na Paraíba, quando lamentou a morte de João Pessoa e justificou que essa morte foi o “acelerador da reação nacional”: “A Paraíba perdeu o seu grande presidente – perda irreparável que lesou a própria nacionalidade, diminuindo-lhe em muito o patrimônio cívico”²⁹.

O conceito de patrimônio, como dissemos, também se apresenta, nos discursos do presidente, como “patrimônio moral”, e essa versão é muito utilizada no sentido internacional. Vargas utilizou o termo diversas vezes, dando a ele a conotação de que é o patrimônio moral seria o respeito que o Brasil inspira internacionalmente. Seria um “crédito” moral. Esse sentido apareceu, por exemplo, quando ele defendeu que o Governo Provisório ajustou a situação da dívida externa do Brasil. Disse o presidente: “O Governo Revolucionário articulou, internamente, todas as energias nacionais, o Governo Revolucionário, sem lançar mão de empréstimos, reergueu o patrimônio moral da nação, em face dos seus credores, pagando ao estrangeiro cerca de trinta milhões de libras esterlinas”³⁰.

Em “Oração em ao Povo Argentino, irradiada em 9 de julho de 1934”, Vargas disse sobre o dia da Independência da Argentina: “A data de 9 de julho pertence ao patrimônio político da América”³¹.

Em outra ocasião, ao elogiar a imprensa brasileira, na instituição “A Casa do Jornalista”, em 1934, Vargas disse sobre os jornalistas: “Desafiando a ira dos poderosos, investidos com as ditaduras policiais, eles souberam, às custas dos mais pesados sacrifícios, resguardar o patrimônio moral do Brasil”³².

Já em discurso de juramento à bandeira, Vargas louvou o fato de que o Brasil já nasceu unido e seu patrimônio seria a força centrífuga que “soldava a todos”, ou seja, defendia que a harmonia e a integração territorial do país eram um patrimônio de todos os brasileiros. Em outro discurso, mas no mesmo raciocínio, já no volume três, intitulado “As Realizações do Governo

²⁹ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 367.

³⁰ Idem, p. 593.

³¹ Idem, p. 619.

³² Idem, p. 627.

Provisório”, Vargas dizia: “a unidade brasileira é, principalmente, um patrimônio de ordem moral”³³

Em todos esses momentos, identifica-se que o conceito de patrimônio tem o condão de tornar o objeto de análise em algo inquestionável, tem o condão de tornar Vargas um defensor imparcial de algo que não foi inventado, mas que nasceu naturalmente junto ao Brasil.

O tempo vai passando e, em 1938, o conceito de patrimônio, sobretudo o de patrimônio histórico, parece sair ainda mais dos limites de argumentações sobre a política interna, passando a ser usado também, para se falar da política externa. Em discurso intitulado “No Limiar do ano de 1938” Vargas proclamava:

Cabe-nos uma missão na América e no mundo. Donos de meio continente, tendo de mobilizar riquezas e criar uma civilização própria, já não podemos permanecer em atitude passiva, deixando indefeso o patrimônio histórico que nos foi legado. As forças armadas, para cujo aparelhamento e preparo estamos trabalhando com afincamento representam o núcleo aglutinador de milhões de brasileiros dispostos a tudo sacrificar pela integridade da pátria. O ambiente de perturbações que atravessa o mundo justifica que nos preparemos para fazer face às eventualidades.³⁴

Temos, até aqui, elementos suficientes para compreender os usos políticos que Vargas fez o conceito de patrimônio: ele transporta a ideia de recursos físicos e imutáveis para a ideia abstrata de patrimônio ideológico, moral e histórico no sentido de naturalizar seu próprio projeto político. Ao compreender esse exercício argumentativo de Vargas, percebemos a dimensão perlocucionária do discurso, de acordo com Austin, ou seja, aqueles efeitos que o discurso quer provocar. Revela-se a estratégia política do presidente, por trás dos usos do conceito de patrimônio, ou seja, mostrar-se como um *outsider* do jogo político que pretende apenas defender ideologias e valores que são “patrimônios” do Brasil, ou seja, naturais. Os efeitos que ele almeja são os de provocar um caráter de desinteresse político a todos os seus projetos políticos. Vargas consegue fazer política sem parecer um político.

Agora, cabe-nos questionar: como essa estratégia ajuda-nos a entender o projeto de patrimônio histórico do SPHAN?

O projeto de patrimônio histórico do SPHAN elegeu Minas Gerais e determinadas características dos mineiros para representar a identidade nacional que o Estado Novo defenderia. A arquitetura colonial mineira seria a legítima representante das origens da nacionalidade brasileira. Ela assim o seria por representar características regionais que, na

³³ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Volume 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 199.

³⁴ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Volume 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 292.

verdade, se aplicariam a todo o país. Essas características seriam a cordialidade, o comportamento pacífico, a integração nacional, que distanciaria o Brasil naturalmente dos conflitos internos e externos, pois o “verdadeiro brasileiro” seria moderado e obediente, como um bom mineiro seria.

Em seu discurso para a cidade de Ouro Preto, justamente aquela primeira a ser tombada pelo SPHAN em 1933, Vargas, já em 1938, elencou, em seu discurso, todos os elementos que faziam Ouro Preto ser única em sua visão: igrejas, ruas e cultura europeia, dizendo

aqui em Ouro Preto se condensam todas as tradições nacionais. Elas encerram no conjunto o trecho mais empolgante da história do Brasil como um patrimônio vivo [...] contemplamos as fases da nossa história [...] da era do descobrimento, a catequese, a mineração, as bandeiras e até a Inconfidência que constitui o passo decisivo na formação da nossa nacionalidade [...] Ouro Preto é a meca da tradição nacional, a cidade para a qual devemos volver os olhos, porque representa as páginas vivas da nossa história.³⁵

Esse discurso ocorreu no dia primeiro de julho. Em 15 de julho, Vargas voltou a Ouro Preto na cerimônia de entrega das cinzas dos inconfidentes à cidade de Ouro Preto. Os inconfidentes foram homens que lideraram um movimento separatista em Minas Gerais contra o governo de Portugal no século XVIII. A memória da revolta foi muito utilizada como o primeiro símbolo da busca pela independência do Brasil. Vargas utilizou a devolução das cinzas dos inconfidentes a Minas Gerais para criar uma tradição nacionalista de apologia ao pacifismo.

De acordo com Gabrielli Cifelli³⁶, Ouro Preto foi alvo da invenção da tradição nacionalista do governo Vargas. Desde 1936, havia uma missão diplomática liderada por Augusto de Lima Júnior de repatriamento das cinzas dos inconfidentes que morreram na África. A entrega das cinzas foi uma cerimônia concretizada em 1938 e, logo depois, em 1942, foi fundado o Panteão dos inconfidentes. O esforço patrimonial de Vargas, de acordo com Leandro Benedini Brusadin³⁷ inaugurou tanto o patrimônio quanto o turismo patrimonial no Brasil, dando origem à invenção de uma tradição.

Nesta ocasião, o discurso que Vargas fez é bastante importante para entendermos suas escolhas para o projeto patrimonial do Brasil. Observe:

Senhores, [...] o povo mineiro sempre foi exemplo de trabalho dentro da ordem, de sadio tradicionalismo, de aceitação e acatamento às normas da vida tranquila e

³⁵ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Volume 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 256.

³⁶ CIFELLI, Gabrielli. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2005.

³⁷ BRUSADIN, L. B. O Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG) e sua interface com o turismo, o patrimônio e a comunidade local. *Caderno Virtual de turismo*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.298 - 315, 2014.

operosa. Creio existir íntima correspondência entre as características do vosso temperamento e as imposições da nossa conduta coletiva na fase tempestuosa que atravessamos. Agora mais do que nunca torna-se indispensável caminhar firme e cautelosamente. Para dignificar os esforços dos pioneiros da nacionalidade cumpre persistirmos nas diretrizes que eles nos apontaram: evitar os grandes choques, impedir a fragmentação do país, colocar a grande pátria acima das preocupações regionalistas [...] sem os excessos das ideologias exóticas.³⁸

A ideologias exóticas a que Vargas, implicitamente, referia-se eram o comunismo e o nazifascismo. Assim, o Brasil estaria preparado para lidar com a realidade dos extremismos caso abraçasse a realidade do espírito moderado de sua nacionalidade mais bem encarnado na cultura mineira.

Percebemos que o projeto político de Vargas em termos culturais se expressou, tanto para a política interna, quanto para a política externa, como a defesa de um “Brasil mineiro”, e, portanto, o Brasil comedido, o Brasil da moderação. Essa moderação seria o verdadeiro “patrimônio” do Brasil, portanto, internamente, o “verdadeiro brasileiro” não deveria apresentar nada de radical e “ideológico”; externamente, o Brasil nunca deveria ser visto como uma ameaça, pois estava longe, culturalmente, de qualquer nação de “ideologias exóticas”. O projeto do SPHAN materializou essa dupla estratégia.

Reflexões Finais

O conceito de patrimônio foi um mediador ou mesmo um canal de amplificação de projetos nacionalistas ao longo do século XX nas relações internacionais. Vemos que essa realidade também se reproduziu na América Latina. No caso brasileiro, mais especificamente, podemos enxergar uma estratégia política em curso ao longo dos anos dos governos Vargas entre 1930 e 1945. Essa estratégia, em termos culturais, conectava-se ao conceito de patrimônio. Esse conceito foi fundamental nos discursos de Vargas tanto para a política interna, quanto para a política externa.

Quanto à política interna, o conceito de patrimônio assumiu-se como o repositório de tudo aquilo que seria natural e, portanto, inquestionável. Vargas seria o grande defensor do patrimônio moral, cívico e nacional, por apresentar-se como um *outsider* do jogo político e, portanto, como ator imparcial, um juiz ou um administrador das contendas nacionais cuja missão principal seria a de velar pelo verdadeiro patrimônio brasileiro. Sendo assim, ninguém deveria ter nada a temer quando à sua presença no poder, mas, pelo contrário, defendê-la.

³⁸ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Volume 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 260.

Essa é uma estratégia ambivalente, pois a defesa do patrimônio histórico apresenta-se mais vinculada às relações internacionais dos anos 30 e 40. O patrimônio histórico brasileiro, materializado pelo SPHAN, mostrava ao mundo um Brasil comedido, um “Brasil mineiro”. Mesmo quando o Brasil precisava se armar, precisava investir nas forças armadas, seria apenas para fazer jus ao seu destino: o destino de proteger seu imenso patrimônio territorial.

Destarte, a política patrimonial de Vargas era, também, uma diplomacia patrimonial. Apresentava-se como incontestavelmente pacífica, mediadora de contendas, universalista e, por isso, imparcial. Tudo isso, claro, deve ser compreendido não como elementos correspondentes à realidade factual da geopolítica brasileira. O Brasil não era e não é, necessariamente, um país pacífico. A disputa armamentista da região, principalmente ente Brasil e Argentina é uma constante ao longo da história diplomática. Vargas tinha um projeto geopolítico muito mais de liderança da América Latina que precisamente o de apaziguador. É justamente nesse sentido que a defesa de um Brasil cordial, devido à própria natureza de seu patrimônio histórico faz tanto sentido.

Assim como Vargas defendia ser um *outsider* da política, justamente para se legitimar como ator político, o Brasil buscava apresentar-se como país isento de interesses hegemônicos nas relações internacionais, para que pudesse se legitimar como ator de vulto internacional.

Referências

ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas*. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1972.

ANDRADE, Rodrigo Melo franco de. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

AUSTIN, John Langdon. *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BRASIL, *Relatório do Ministério da Educação e Saúde Pública*. Ministerial Reports, 1932. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/101#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1%2C-479%2C3456%2C2437>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

BRUSADIN, L. B. O Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG) e sua interface com o turismo, o patrimônio e a comunidade local. *Caderno Virtual de turismo*, v. 14, n.3, p.298 - 315, 2014.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Diplomacias Secretas: o Brasil na Liga das Nações*. Curitiba: Editora Appris, 2020.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Zahar. 2006.

CIFELLI, Gabrielli. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Campinas: Universidade de Campinas - UNICAMP:, 2005.

CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009. p. 380.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: *Políticas Culturais: Teorias e práxis*. Disponível em: Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2>.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.43-63.

GONÇALVEZ, Leandro Pereira. A intelectualidade integralista: nacionalismo e identidade na literatura de Plínio Salgado. *Locus: Revista de História*, v. 15, n. 1, p. 111-128, 2009.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Casa da palavra, Rio de Janeiro; 1ª edição, 2005.

LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RENÉ, Remond. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

OLENDER, Marcos. “Um courant sympathique”: primórdios da internacionalização da preservação do patrimônio cultural na segunda metade do século XIX. In: CHRISFOLETTI, Rodrigo (Org.). *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: Editora Universitária Leopoldinum, 2017.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2010.

URIBARREN, María Sabina. La comisión nacional de museos y de monumentos y lugares históricos de la argentina entre 1938 y 1946: el patrimonio cultural y la construcción de una idea de nación. *Cuadernos de historia - Serie Economía y Sociedad.*, n. 11, p. 213-243, 2009.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Volumes 1 a 10. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

Recebido: 13 de junho de 2021

Aprovado: 04 de outubro de 2021